



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

PEC 006/19 - PREVIDÊNCIA SOCIAL

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Modifica os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 8º, 9º e 10, suprime integralmente os Arts. 25, 29, 31 e 46 da PEC 06/2019, para alterar as regras geral e de transição relacionados aos Regimes de Previdência Social.

Dê-se ao Art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 a seguinte redação:

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter obrigatório, contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

.....
§2º. Aos servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo é assegurada aposentadoria, nos termos de lei complementar, obedecidas as seguintes condições:

I - por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação;

II – voluntariamente por idade, aos sessenta e cinco anos, se homem, e sessenta e dois anos, se mulher, desde que cumpridos, cumulativamente, 20 anos de tempo de contribuição em qualquer regime previdenciário, tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III – voluntariamente por tempo de contribuição, desde que cumpridos, cumulativamente:

a) vinte anos de efetivo exercício no serviço público;

b) cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

c) quando a soma de sua idade e de seu tempo de contribuição, incluídas as frações, na data de requerimento da aposentadoria, for igual ou superior a cem pontos, para servidores com



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

identificação no sexo masculino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos, ou noventa e quatro pontos, para servidores com identificação no sexo feminino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e dois anos;

IV - compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade;

§ 3º. O servidor que comprovar exclusivamente o exercício de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, terá reduzido em cinco anos o tempo mínimo de contribuição necessário à aposentadoria, bem como terá acrescido, quando couber, dez pontos à soma da idade e tempo de contribuição.

§ 4º. É assegurada aposentadoria especial, nos termos de lei complementar, aos servidores que, independentemente da idade, tenham cumprido, no mínimo, 25 anos exclusivamente:

I – na condição de pessoa com deficiência;

II – em atividades de risco, inclusive das categorias de segurança.

III – em atividades que sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou à integridade física.

§ 5º. É vedada a contagem de tempo de contribuição fictício, exceto para fins de conversão de tempo de contribuição especial em comum, inclusive do tempo de trabalho na condição de pessoa com deficiência.

§ 6º Os proventos de aposentadoria e pensão não poderão ser inferiores ao valor mínimo a que se refere o § 2º do art. 201 ou superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto nos § 14, § 15 e § 16, sendo assegurado o reajustamento dos proventos para preservá-los, em caráter permanente, o valor real, nos termos fixados para o regime de que trata o art. 201.

§ 7º Os proventos de aposentadoria e pensão, por ocasião da sua concessão, serão calculados pela média aritmética simples das 80% maiores remunerações do período contributivo, devidamente atualizadas, vertidas a qualquer regime próprio de que trata este artigo, ao regime de que trata o art. 42 ou ao regime geral de previdência social, e corresponderão:

I – para a aposentadoria prevista nos incisos I e III do §2º deste artigo, a 100% da média apurada.

II - para a aposentadoria prevista no inciso II do §2º deste artigo, ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

percentual sobre a média equivalente da soma da idade e tempo de contribuição, admitidas frações, até o limite de 100%, compensadas as diferenças de gênero.

III - para a aposentadoria prevista no inciso IV do §2º deste artigo, ao valor proporcional em relação ao tempo mínimo de contribuição necessário à aposentadoria prevista no inciso III, até o limite de 100%;

§ 8º O valor da aposentadoria será integralizado à média apurada caso o servidor seja, a qualquer momento, acometido por doença grave assim considerada pelo Ministério da Saúde.

§ 9º O tempo de duração da pensão por morte, as condições de cessação das cotas individuais, a identidade do rol de dependentes, as condições necessárias para o enquadramento e a qualificação serão estabelecidas por Lei complementar, conforme a expectativa de sobrevida do dependente na data de óbito do segurado instituidor e da mesma forma prevista para o regime geral de previdência social, obedecidas as seguintes regras:

I – Terá seu valor apurado:

com base na totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou com base na totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

II - As cotas partes dos dependentes serão divididas em partes iguais e cessarão com a perda desta qualidade, sendo reversíveis aos demais beneficiários.

.....

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, no intuito de manter a ordem social, atenderá aos seguintes riscos, nos termos da lei complementar:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

§ 3º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da Lei Complementar, obedecidas as seguintes condições:

I - Por incapacidade permanente para o trabalho, quando insuscetível de reabilitação; ou

II – Por idade, aos sessenta e cinco anos de idade, se identificado no sexo masculino, ou sessenta e dois anos de idade, se identificado no sexo feminino, reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e pescadores artesanais; ou

III – Por pontos, quando a soma da idade e de tempo de contribuição, incluídas as frações, for igual ou superior a cem pontos, para segurados com identificação no sexo masculino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos, ou noventa e quatro pontos, para seguradas com identificação no sexo feminino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e dois anos; ou

IV – Especial, aos segurados que comprovem o exercício do labor por quinze, vinte ou vinte e cinco anos, exclusivamente:

a) na condição de pessoa com deficiência;

b) em atividades de risco, inclusive das categorias de segurança;

c) em atividades que sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 4º O segurado que comprovar exclusivamente o exercício de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, terá reduzido em cinco anos a idade mínima prevista para o inciso II do parágrafo anterior, ou em cinco anos o tempo mínimo de contribuição necessário à aposentadoria prevista no inciso III, com acréscimo de dez pontos à soma da idade e tempo de contribuição.

§ 5º Será garantida a conversão do tempo de contribuição das atividades exercidas na forma do inciso IV do parágrafo 3º e do parágrafo anterior, para fins de obtenção de aposentadoria.

§ 6º Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

§ 7º Os proventos de aposentadoria e pensão não poderão ser inferiores ao salário mínimo ou superiores ao limite máximo estabelecidos para este regime, sendo assegurado o reajustamento dos proventos para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real.

§ 8º Os Poderes da União deverão, em conjunto, promover atos que valorizem e incentivem a contribuição ao regime, sendo vedada qualquer forma de publicidade ou ato público que o deprecie o sistema ou cause insegurança social.”(NR)

Art. 2º. Suprimam-se os artigos 109, 201-A e 239, o inciso VI do parágrafo único do artigo 194 e o parágrafo 5º do artigo 195 da Constituição Federal, alterados pelo art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019.

Art. 3º. Suprima-se o art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019.

Art. 4º. O art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 passa a ter a seguinte redação:

CAPÍTULO III

DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO RELACIONADAS AOS REGIMES
PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Aposentadoria dos servidores públicos em geral e dos
professores

“Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas no § 2º do art. 40 da Constituição, o servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações públicas, que tenha ingressado no serviço público em cargo efetivo até a data de promulgação desta Emenda, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - cinquenta e cinco anos de idade, para servidores com identificação do feminino, e sessenta anos de idade, para servidores do sexo masculino;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

II - trinta anos de contribuição, para servidores com identificação no sexo feminino, e trinta e cinco anos de contribuição, para servidores com identificação no sexo masculino;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público;

IV - cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria; e

V - período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de promulgação desta Emenda, faltaria para atingir os limites previstos no inciso II deste artigo.

§ 1º Os servidores poderão optar pela redução das idades mínimas de que tratam o inciso I do caput, em um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder o tempo mínimo previsto no inciso II do caput.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - Ressalvado o direito de opção às normas do § 1º do art. 40 da Constituição, da regra transitória estabelecida no art. 12 desta emenda e das regras de transição estabelecidas pelas Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais; e

II – Para aqueles que ingressaram no serviço público em cargo efetivo a partir de 1º de janeiro de 2004, à totalidade da média aritmética simples das maiores bases de contribuição ou salários-de-contribuição, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, a contar da competência de julho de 1994 ou da competência do início das contribuições, se posterior àquela, limitado à remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 3º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição e serão reajustados:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

I - de acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do § 2º; ou

II - nos termos estabelecidos para o regime geral de previdência social, com garantia de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, se concedidas na forma prevista no inciso II do § 2º.

§ 4º O disposto nos incisos I e II do § 2º e no inciso I do § 3º não se aplicarão ao servidor que tenha ingressado após a instituição do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos § 14, § 15 e § 16 do art. 40 da Constituição, hipótese em que os proventos de aposentadoria não poderão ser superiores ao valor máximo do salário-de-contribuição do regime geral de previdência social e serão calculados considerando:

a) A média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência;

b) As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

c) Para os fins da alínea anterior, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo ou superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

d) Serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.”(NR).

§ 5º”(NR).

Art. 5º. O art. 6º da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 passa a ter a seguinte redação:

Aposentadoria dos servidores cujas atividades sejam exercidas em condições especiais prejudiciais à saúde



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

“Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo § 1º do art. 40 da Constituição, o servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas entidades autárquicas e suas fundações públicas, e que tenha ingressado no serviço público, em cargo efetivo até a data de promulgação desta Emenda, poderá aposentar-se voluntariamente quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I – vinte e cinco anos de contribuição com exposição a agentes nocivos, prejudiciais à saúde ou à integridade física;

II - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

III - cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.

§ 1º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo corresponderão:

I - Ressalvado o direito de opção às normas do § 1º do art. 40 da Constituição e das regras de transição estabelecidas pelas Emendas Constitucionais nº 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, poderá aposentar-se com proventos integrais; e

II – Para aqueles que ingressaram no serviço público em cargo efetivo a partir de 1º de janeiro de 2004, à totalidade da média aritmética simples das maiores bases de contribuição ou salários-de-contribuição, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, a contar da competência de julho de 1994 ou da competência do início das contribuições, se posterior àquela, limitado à remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

§ 2º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição e serão reajustados:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

I - De acordo com o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, se concedidas nos termos do disposto no inciso I do § 1º; ou

II - Nos termos estabelecidos para o regime geral de previdência social, com garantia de preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, se concedidas na forma prevista no inciso II do § 1º.

§ 3º O disposto nos incisos I e II do §1º e no inciso I do § 2º não se aplicarão ao servidor que tenha ingressado após a instituição do regime de previdência complementar ou que tenha exercido a opção correspondente, nos termos do disposto nos §14, §15 e §16 do art. 40 da Constituição, hipótese em que os proventos de aposentadoria não poderão ser superior ao valor máximo do salário-de-contribuição do regime geral de previdência social e serão calculados considerando:

- a) A média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência;*
- b) As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.*
- c) Para os fins da alínea anterior, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo ou superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.*
- d) Serão reajustados nos termos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social.*

§ 4º Poderá ser observado, para fins de caracterização das atividades exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, o disposto no art. 25 desta Emenda à Constituição naquilo que não for conflitante com as



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

regras específicas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social, facultada a conversão de tempo especial em comum.

§ 5º O benefício previsto neste artigo será financiado com os recursos provenientes da contribuição de que trata o inciso II do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, cujas alíquotas serão acrescidas de seis pontos percentuais, conforme a atividade exercida pelo servidor a serviço do ente público, entidade autárquica ou fundações públicas que permita a concessão de aposentadoria especial após vinte e cinco anos de contribuição sob condições especiais.

§ 6º O acréscimo de que trata o parágrafo anterior incide exclusivamente sobre a remuneração do servidor sujeito às condições especiais referidas no caput.” (NR).

Art. 8º. O art. 10 da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 passa a ter a seguinte redação:

Abono de permanência

“Art. 10. O servidor titular de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária e que opte por permanecer em atividade receberá um abono de permanência, de natureza indenizatória, insuscetível da incidência do art. 153, III, equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária, até completar a idade para aposentadoria compulsória.”(NR).

CAPÍTULO V

**DAS REGRAS DE TRANSIÇÃO RELACIONADAS AO REGIME
GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

***Aposentadoria por tempo de contribuição dos trabalhadores em
geral e dos professores.***

Art. 18. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas novas regras instituídas por esta emenda, fica assegurado o direito à aposentadoria por tempo de contribuição ao segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de promulgação desta Emenda à Constituição, quando preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

I -

II -

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação a que se refere o inciso II do caput será acrescida de um ponto a cada dois anos, para ambos os sexos, até atingir o limite de cem pontos, se identificado no sexo feminino, e de cento e cinco pontos, se identificado no sexo masculino, observado o disposto no § 5º.

§ 2º

§ 3º

§ 4º O valor da renda mensal da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo corresponderá à cem por cento da média aritmética simples das maiores bases de contribuição ou salários-de-contribuição, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, a contar da competência de julho de 1994 ou da competência do início das contribuições, se posterior àquela ou mais favorável ao segurado, sem incidência do Fator Previdenciário.

§ 5º Os proventos das aposentadorias concedidas nos termos do disposto neste artigo não serão inferiores ao valor a que se refere o § 2º do art. 201 da Constituição, e serão reajustados para preservá-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

Art. 9º. O art. 21 da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019 passa a ter a seguinte redação:

Aposentadoria dos trabalhadores cujas atividades sejam exercidas em condições especiais prejudiciais à saúde

Art. 21. Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas novas regras instituídas por esta emenda e pelas novas estabelecidas no art. 18, o segurado de ambos os sexos, filiado ao Regime Geral de Previdência Social até a data de promulgação desta Emenda à Constituição, cujas atividades tenham sido exercidas com exposição a agentes nocivos prejudiciais à saúde ou à integridade física, poderá aposentar-se quando cumprir quinze, vinte ou vinte e cinco



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

anos de contribuição, nos termos do disposto nos art. 57 e art. 58 da Lei nº 8.213, de 1991.

Parágrafo único: O valor da renda mensal da aposentadoria concedida nos termos do disposto neste artigo corresponderá à totalidade da média aritmética simples das maiores bases de contribuição ou salários-de-contribuição, correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo, a contar da competência de julho de 1994 ou da competência do início das contribuições, se posterior àquela ou mais favorável ao segurado, sem incidência do fator previdenciário.

Art. 10. Suprimam-se os artigos 25, 29, 31 e 46 da Proposta de Emenda à Constituição nº 06/2019.

JUSTIFICAÇÃO

A PEC 06/2019, sem qualquer estudo atuarial prévio busca inovar no ordenamento jurídico constitucional com propostas que, em alguns casos, fogem à razoabilidade e à realidade dos trabalhadores brasileiros, em especial, os profissionais da saúde. Desse modo, a reforma proposta além de provocar enorme insegurança jurídica vai de encontro ao nosso modelo de previdência protetivo, instituído pela Constituição da República de 1988.

A presente proposta de emenda modificativa, construída sob as bases da proposta do governo, altera a visão da idade mínima como resguardo do critério de acesso aos benefícios previdenciários dos servidores, garantindo a concessão de aposentadoria em idade razoável e promovendo a correta equação entre contribuição previdenciária vertida e o benefício pago pelo Estado.

É dizer, o sistema proposta privilegia o tempo de contribuição, o que exaspera a arrecadação, ao mesmo tempo que garante a concessão da aposentadoria em idade razoável.

Ou seja, aos servidores com identificação no sexo masculino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e cinco anos, serão necessários 100 pontos, os quais exigem sessenta e cinco anos de idade. Já para servidores



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

com identificação no sexo feminino, observado o tempo mínimo de contribuição de trinta e dois anos, 94 pontos, os quais exigem sessenta e dois anos de idade.

É importante registrar ainda que o período adicional de contribuição proposto na redação relativo às regras de transição dos segurados dos regimes próprios de previdência social se faz necessário à medida que a PEC nº 6/2019 não traz verdadeira regra de transição.

Isto porque a regra de transição não pode alterar o cálculo dos benefícios a serem concedidos àqueles que ingressaram no regime antes de sua aprovação. Desse modo, como forma de corrigir a injustiça/impropriedade provocada, sugere-se adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data de promulgação da Emenda, faltaria para atingir os limites previstos a título de tempo de contribuição.

APOSENTADORIA DOS TRABALHADORES CUJAS ATIVIDADES SEJAM EXERCIDAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS PREJUDICIAIS À SAÚDE

De outro norte, se faz necessária a modificação no texto proposto para a PEC nº 06/2019 acerca da aposentadoria dos trabalhadores/servidores cujas atividades sejam exercidas em condições especiais prejudiciais à saúde, tendo em vista à efetiva proteção do risco prometido pela Previdência Social Brasileira, a qual ratifica e reforça a confiança legítima do cidadão no Estado.

A PEC 06/2019 trouxe regras ainda incompatíveis com a realidade dos servidores públicos do nosso País, esquecendo-se que as realidades do serviço público são extremamente variadas entre os entes da federação.

A regra proposta acabou por inviabilizar, na prática, o exercício da APOSENTADORIA ESPECIAL à medida que, além de exigir critérios exacerbados de acesso, ainda manteve os mesmos critérios de cálculos da proposta transitória.

Ademais, a criação de idade mínima não se coaduna com o benefício da aposentadoria especial. Isto porque o intuito do instituto é justamente possibilitar a retirada do trabalhador daquele ambiente insalubre, para que ele não venha a adoecer ou morrer no ambiente de trabalho. Portanto, de que adianta criar tal regra se na prática o trabalhador terá que continuar no ambiente insalubre até



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

atingir a idade. Imagine um segurado que começa a trabalhar em minas subterrâneas aos 20 anos de idade. Após 15 anos trabalhando nesse mesmo ofício teria direito à aposentadoria, mas após a PEC, como terá apenas 35 anos, terá que trabalhar mais 20 anos até chegar à idade mínima de 55 anos! Será a mesma coisa que não existir a figura da aposentadoria especial, porque dela não beneficiará qualquer trabalhador.

Outro ponto extremamente grave da proposta é que, independentemente da gravidade da exposição, não haverá conversão do tempo especial proporcional posterior à promulgação da emenda. Essa vedação viola o princípio da igualdade porque, seja proporcional, seja integral o desgaste da saúde já ocorreu e o trabalhador deve ser proporcionalmente indenizado.

Além disso, a redução da renda média do valor das aposentadorias, por meio da proposta de pagamento parcial com início em 60% com acréscimo de 2% a cada ano que superar 20 anos de contribuição sob a média de 100% das remunerações, terá impacto direto na regra de transição, não havendo margem para escolha do servidor, o qual muitas das vezes se aposentará sem poder escolher, ou se planejar, e acabará demandando maiores cuidados de familiares em razão da desordem econômica que se promoverá.

A proposta original da PEC 06/2019 vai de encontro à referida inovação legislativa que garante proteção dos riscos sociais, assim, se faz necessária à alteração proposta, substituindo-se as injustiças do texto.

Quanto ao abono de permanência, foi necessária a reedição do texto para manter o direito já garantido pelo texto constitucional atual e retirar as palavras que possibilitariam o pagamento desta parcela em valor inferior ao da contribuição social, com vistas a manter a integridade das relações estabelecidas.

Após a análise jurídica dos principais pontos da Proposta de Emenda à Constituição n. 6/2019, é possível concluir que a opção está sendo a redução do gasto previdenciário através de alterações nas regras previdenciárias e assistenciais, o que provoca a diminuição real do patamar protetivo atual.

Nessas alterações sugeridas pela PEC 6/2019, além de maior exigência nos critérios de acessos aos benefícios previdenciários e assistenciais há



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

substancial alteração na forma de cálculo dos benefícios, o que faz com que haja uma diminuição considerável no valor a ser recebido, tanto pelos segurados do Regime Geral de Previdência Social - RGPS, quanto nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS.

Desse modo, o texto apresentado visa manter a segurança, justiça social e equilíbrio à reforma da previdência, no tocante aos trabalhadores em geral e aos servidores públicos, em especial, aqueles que exercem atividade expostos à agentes nocivos que prejudiciais à saúde.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputado **HIRAN GONÇALVES**



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL PEC 6/2019 – REFORMA DA
PREVIDÊNCIA

EMENDA MODIFICATIVA Nº

(Dep. Hiran Gonçalves)

Modifica os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 8º, 9º e 10, suprime integralmente os Arts. 25, 29, 31 e 46 da PEC 06/2019, para alterar as regras geral e de transição relacionados aos Regimes de Previdência Social.

Gab	Nome	Assinatura